

A IDENTIDADE TERRITORIAL DOS MIGRANTES GAÚCHOS NO PARANÁ

Eije: Población, género e identidade

Tatiana Colasante – Doutoranda do Programa da Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista *Campus* de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. E-mail: tati.colasante@gmail.com

Resumo: Discutimos a formação das identidades territoriais a partir do processo migratório que envolve uma constante dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização na qual as identidades territoriais são recriadas e ressignificadas. Nosso estudo recai sobre os migrantes gaúchos cuja denominação se aplica, originalmente, aos sujeitos nascidos na região dos pampas, na fronteira sul do Brasil, abarcando também os países Uruguai e Argentina. Observando os diferentes grupos sociais que existem no território brasileiro, destacamos os gaúchos como aqueles que possuem, provavelmente, a maior coesão social entre seus indivíduos. Essa assertiva tem como base a existência de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) por quase todos os estados do Brasil e em diversos países que funcionam como *microterritorialidades*, onde os gaúchos conseguem manter suas tradições mesmo estando espacialmente distante do seu território de origem. Nossos objetivos com essa discussão passam por uma análise dos fatores de migração dos gaúchos para o Norte do Paraná a fim de compreender quem são estes indivíduos e de que forma se articulam para manter sua identidade territorial ao mesmo tempo em que apresenta novos olhares sobre a identidade territorial gaúcha no Paraná construída a partir de indivíduos que nasceram neste estado mas que se identificam de forma afetiva com a cultura gaúcha. Como procedimentos metodológicos utilizamos pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Verificamos que o Norte do Paraná por ter uma colonização recente, ainda não possui uma identidade territorial que o defina. Dessa forma, a cultura gaúcha pelo seu caráter expansionista e tradicionalista acaba sendo apropriada pelos Norte-paranaenses justamente pela falta de elementos culturais mais significativos no território. Por outro lado, os CTGs nesta região funcionam não apenas como o *locus* de encontro para os gaúchos a fim de preservar suas tradições mas são reestruturados para se adaptar a uma outra estrutura organizacional devido a estas novas territorialidades que surgem a partir da inserção de indivíduos que não são gaúchos nestes espaços. Este híbrido cultural que surge em função dessa dinâmica nos traz novos sujeitos sociais para o debate, os *paranaúchos*, aqueles que são nascidos no Paraná, mas que se consideram gaúchos por opção. Nesse sentido, constatamos que o *ser gaúcho* é algo atrelado muito mais ao modo de vida e a adoção dos costumes gaúchos do que ao local de nascimento do indivíduo.

Palavras-chave: identidade; território; gaúchos; Paraná.

INTRODUÇÃO

As discussões deste artigo envolvem os levantamentos que vêm sendo realizados desde o ano de 2013, quando do início da nossa tese de doutoramento. Os nossos sujeitos sociais são os gaúchos como são conhecidos popularmente os indivíduos nascidos no Rio Grande do Sul, estado localizado na região Sul do Brasil. A partir da migração, notamos que estes grupos trazem consigo estreitos valores culturais que são repassados a outras gerações. Outra particularidade é que a cultura gaúcha é extremamente expansionista e se territorializa em praticamente todo o território brasileiro na forma de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) que acabam sendo frequentados não somente por estes migrantes, mas pela população local, onde muitos sequer estiveram no Rio

Grande do Sul. Nossa intenção é identificar alguns destes sujeitos a fim de compreender melhor as motivações que envolvem sua migração para a região Norte do Estado do Paraná que também pertence à região Sul do Brasil e como eles se articulam para reavivar suas tradições. Além disso, discutimos a existência de outro grupo, constituído por paranaenses que incorpora valores culturais gaúchos como se tivessem nascido no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, abordamos alguns pontos referentes ao conceito de território, que é o conceito central da pesquisa e que nos auxilia na explicação do processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Em um segundo momento, apresentamos algumas conexões que podem ser feitas sobre o estudo das migrações e das identidades territoriais. Posteriormente, apresentamos um breve histórico sobre a constituição dos gaúchos, evidenciando seus traços culturais e também apresentamos outros sujeitos sociais que surgiram durante nossa pesquisa empírica: os *paranaúchos*, denominação que estamos utilizando para designar os paranaenses que aderem à cultura gaúcha.

AS MÚLTIPLAS ABORDAGENS DO TERRITÓRIO

Dentre os conceitos geográficos, optamos por analisar nosso objeto de estudo sob a ótica do conceito de território, pois, entendemos que este viés analítico nos ajudaria a compreender melhor a existência dos CTGs no Norte do Paraná. Sobre a origem da palavra território, podemos apontar que etimologicamente, o território surge a partir do latim *territorium* que remete a um sentido de domínio e posse da terra. Segundo Raffestin (1993), o território pode ser compreendido como um espaço onde se efetuou ou se concretizou um trabalho, seja energia e/ou informação e, sobretudo, onde se encontram relações de poder e interesses. Assim, “[...] toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessituras, nós e redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 150). A ideia central desse sistema parte do pressuposto que a ação engendrada pelos atores sociais conduz as relações de poder. Para que estas relações de poder sejam expandidas ou otimizadas, é necessário estabelecer ligações *multiescalares* de diversas ordens como econômicas, políticas e culturais, sendo necessários, portanto que o território seja constituído a partir de um sistema de *tessituras* que vão delimitar os diferentes campos de ação.

Nesta discussão, Saquet (2003 e 2005) se embasa em uma abordagem do território dentro de uma perspectiva *(i) material*, privilegiando o tripé E-P-C (econômico, político e cultural). Isso demonstra que na análise do território deve ser levada em consideração a diversidade de elementos que o compõe, já que a omissão de um deles inviabiliza um estudo mais aprofundado. Em outros estudos, Saquet (2007) aponta outras perspectivas para o estudo do território, concebendo-o como resultado da interação sociedade-natureza. Assim o território poderia ser analisado também sob as dimensões: econômica, política, cultural e natural (E-P-C-N). Nesse sentido, a natureza poderia ser entendida como patrimônio territorial, pois, o homem não somente necessita da identificação e apropriação dos meios naturais, mas, depende da conservação dos mesmos para garantir os seus interesses. O elemento natural viria complementar a questão de apropriação e poder que Norteia as concepções de território no momento em que a natureza exterior ao homem passa a ser concebida como recurso.

Entendemos que a *tessitura territorial* é o elemento mais geral nesse sistema, pois, vai projetar um sistema de limites ou de fronteiras mais ou menos funcionalizadas. Essas delimitações serão desdobradas em um conjunto de *malhas* que se constituem em unidades políticas e de infraestruturas *multiescalares*. Essas malhas são heterogêneas, pois, se constituem a partir de diferentes formações territoriais e vão se interligar a vários pontos no território. Os pontos, neste aspecto, seriam referentes à localização dos atores individuais e coletivos. Logicamente, estes atores como já mencionamos realizam práticas sociais que se processam no tempo e no espaço. Os pontos, por sua, vez, acabam se constituindo em redes pelo movimento dos atores sociais, que necessitam

estabelecer comunicação. Assim, as redes tentam além do controle, assegurar a comunicação pelo território.

O território está condicionado, sobretudo, a uma organização espacial e temporal mediada por atores sociais que podem atuar de forma individual e/ou coletiva, ocupando determinados pontos no espaço de acordo com suas intencionalidades. Tais pontos são interligados em diferentes escalas e estabelecem relações entre si, resultando em uma dinâmica complexa de redes de circulação e comunicação. Podemos exemplificar através da nossa própria vida cotidiana, que é mediada por práticas sociais que acabam estabelecendo relações entre si no tempo e no espaço. Dessa forma, ao estabelecer a nossa territorialidade estamos também constituindo nossas ações através de redes, nós e malhas que possibilitam uma maior fluidez no território, incluindo-se aí uma expansão das nossas redes de sociabilidade. Estes pequenos espaços nos quais estamos desenvolvendo nossas atividades e nos relacionando com a externalidade de maneira efêmera estão presentes o que Heidrich (2009) denomina de *microterritorialidades* que estão intimamente ligadas ao sentimento de pertencimento ou estabelecimento de vínculos que irão refletir na constituição de identidades. Em outras palavras, as *microterritorialidades* se formam a partir do vínculo entre ocupação e representação.

Ainda dentro da discussão sobre as perspectivas de abordagem dos estudos territoriais na Geografia, Sposito (2005) explica que existem várias concepções de território, mas que de forma geral, podem ser agrupadas dentro de três vertentes. A primeira delas é denominada de naturalista compreende o território enquanto elemento da natureza, inerente a um povo ou nação, pelo qual se deve lutar para proteger ou conquistar. A segunda concepção é pautada no indivíduo e está relacionada à apreensão de sua territorialidade, ou seja, possui aspectos que remetem à identidade, aos aspectos cognitivos e simbólicos. Por fim, temos a terceira vertente de concepção do território que está relacionada com uma aproximação e até confusão com o conceito de espaço.

Haesbaert (2004) reforça que a vertente predominante na abordagem sobre o território é a materialista também vai pontar três vertentes para os estudos sobre o território. A primeira delas tem como referência a dimensão jurídico-política que é a mais comumente utilizada, de onde se tem a concepção de território controlado pelo poder político do Estado. A segunda vertente é vinculada a uma perspectiva simbólico-cultural, na qual o território é o resultado da apropriação de um grupo em relação ao espaço vivido. A terceira vertente traz uma visão economicista do território, na qual este seria resultado da divisão territorial do trabalho, mediado pela relação capital-trabalho. Além destas vertentes, Haesbaert (2004) também acrescenta a concepção naturalista do território, que é apontada também por Sposito (2005).

TERRITORIALIZAÇÃO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE A MIGRAÇÃO E AS IDENTIDADES TERRITORIAIS

Pelo fato de se processar por diferentes territórios, consideramos também que a migração envolve uma interação reticular, pois, está ligada a múltiplos fatores *políticos, econômicos e culturais* que se materializam por diferentes pontos de entrada ou de saída do território, o que implica na formação de redes. Por isso, compreendemos que as migrações não implicam somente na desvinculação física do território, já que estão atreladas a diferentes experiências de vida processadas entre os territórios de origem e de destino. Assim, estamos diante de complexas relações que podem ser analisadas dentro de um processo de desterritorialização e reterritorialização.

Ao abordar a relação homem-território é condição *sine qua non* a sua vinculação aos aspectos relativos ao processo de mobilidade, já que ao longo da sua existência, os indivíduos passam por vários territórios. O ato de se deslocar é motivado pelas mais diferentes naturezas, as quais Raffestin (1993) dimensiona em *mobilidade autônoma* ou *mobilidade heteronômica*. No

primeiro caso, o processo resulta de uma escolha deliberada, enquanto no segundo caso, existe uma coerção. Para Andrade (1998), a migração pode ser analisada a partir de dois enfoques: espaço e tempo. Com relação ao espaço, tem-se a classificação como interna (dentro de um mesmo país) ou externa (fora do país de origem). E, com relação ao tempo, as migrações podem ser temporárias ou permanentes. As migrações temporárias podem ser classificadas ainda em três grupos: a) Migrações por tempo indeterminado: quando os indivíduos partem para determinado lugar com fins de alcançarem seus objetivos, seja de ordem política, econômica ou social; b) Migrações sazonais: comumente realizada no meio rural, em épocas de plantio e colheita e; c) Migrações diárias: realizadas, sobretudo, em grandes cidades, quando os indivíduos se deslocam de casa para o trabalho.

A respeito das causas e motivos das migrações, Singer (1981), afirma que no caso das migrações internas, as razões principais que movem os indivíduos são de ordem econômica e/ou afetiva (para acompanhar algum parente próximo). Enfatiza-se também que a migração interna, geralmente, possui uma causa estrutural, na qual a valorização de determinadas regiões em detrimento de outras possibilita a mobilidade no território em função da melhor oferta de emprego, por exemplo. Essa dinâmica, própria do sistema capitalista, permite que algumas áreas possuam as melhores condições técnicas, científicas, econômicas e sociais do que outras, levando um grande contingente populacional para estas áreas e, conseqüentemente, fazendo com que surjam problemas de ordens diversas em função disso.

De acordo com Saquet (2007), os processos migratórios devem ser analisados dentro de um enfoque histórico e relacional, reticular e multidimensional, pois, os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização devem ser compreendidos como um movimento espaço-temporal definido historicamente por fatores econômicos, político e culturais cujos elementos coexistem sincronicamente. Nessa perspectiva, Haesbaert (2005) nos instiga a pensar o papel do migrante enquanto sujeito principal no processo de desterritorialização. Esta percepção é interessante na medida em que nos permitimos indagar se dentro desta desterritorialização existe uma perda efetiva do território e de qual território estamos falando. A perda física do território se aplicaria, segundo o autor para determinados grupos como os indígenas ou os sem-terra, por exemplo, na existência de algum conflito que implicaria em uma expropriação de terras. Já quando pensamos o território em um espaço da cidadania, provido de direitos, podemos dizer que migrantes ilegais estariam desterritorializados desse espaço, pois, não poderiam participar da vida política. O último aspecto que é o que mais nos, diz respeito à desterritorialização simbólica, que ocorre quando o migrante destituído de seu local de origem se desenraiza simbolicamente de suas referências de identidade.

Santos (1996) afirma que a mobilidade é um traço marcante nos indivíduos e que os homens acabam se assemelhando a turistas que se deslocam constantemente, inseridos em um processo de desterritorialização. Segundo ele, a desterritorialização significa, ao mesmo tempo, estranhamento e desculturização, pois, quando chegam a um lugar do qual não fazem parte e que não ajudaram criar, os indivíduos tendem a entrar em um processo de alienação. Neste aspecto destacamos o papel das identidades territoriais que contribuem para que os indivíduos tenham um sentimento de afetividade e identificação com os elementos que fazem parte de seu cotidiano e vivência, além de estabelecerem relações interpessoais que assegurem seu bem estar. Por esta razão, as redes sociais se tornam parte fundamental no processo de reterritorialização, pois, proporcionam a reinserção destes indivíduos “desterritorializados” em outras redes que vão minimizar os efeitos deste estranhamento no sentido de garantir que sejam acolhidos nos territórios de destino e, mais ainda, de manter alguns elementos que vão refletir na sua cultura de origem garantindo, de certa maneira que sejam mantidos resquícios da sua territorialidade.

Podemos afirmar que nas redes migratórias, a identidade assume papel essencial para os migrantes, já que fornece elementos de referência fundamentais para que estes sujeitos sociais se sintam acolhidos em território desconhecido. Segundo Saquet e Mondardo (2008, p. 126), no

processo de mobilidade as redes são portadoras de uma identidade construída entre territórios. Neste aspecto, “[...] o migrante objetiva-subjetiva um território interativo, relacional, no qual a identidade pode ser compartilhada e modificada com os demais membros de cada grupo social e da sociedade em geral”. Assim, o migrante é o sujeito principal neste processo, pois, ele é a conexão maior entre a *desterritorialização* e a *reterritorialização*. Nas redes migratórias são estabelecidas conexões de diversas ordens e de perspectiva *multiescalar* envolvendo, simultaneamente, um território de origem e um território de destino.

A fixação dos indivíduos no território possibilita o estreitamento de vínculos sociais entre os grupos, o que contribui para a formação da identidade, entendida por Santos (2002, p. 8), como “[...] o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Em nossas pesquisas, temos observado diferentes abordagens sobre o conceito de identidade construído a partir da perspectiva do território: ora observamos a menção à identidade territorial ora à identidade cultural, não existindo, portanto um consenso para esta abordagem. Para Castells (1999, p. 22), a identidade pode ser entendida como “[...] o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Sobre o conceito que trabalhamos em nossas pesquisas, *identidade territorial*, podemos dizer que se trata de um conceito mais complexo e frequentemente utilizado em conjunto com o conceito de *identidade cultural*, conforme nos demonstram Roca e Mourão (2003). Interessante destacar que embora os estudos sobre o território na ciência geográfica tenham sido e estão sendo realizados por diversos autores de forma contínua e com amplas discussões, nos parece haver certa negligência a respeito do conceito de identidade territorial. Como argumentam ainda Roca e Mourão (2003, p. 103) “[...] a identidade territorial revela o espectro, as formas e a intensidade de integração econômica e cultural dos lugares e regiões, no passado e no presente, no âmbito de redes e sistemas sócio-econômicos e espaciais hierarquizados”. Afirmam, portanto que a *identidade territorial* reflete as características específicas de determinados lugares, ou seja, suas particularidades e singularidades, tanto em aspectos materiais como imateriais.

As identidades territoriais também não são estáveis nem tampouco fixas no território, elas fluem, se desterritorializam com o indivíduo. Assim, os indivíduos levam consigo a sua identidade ou as especificidades da sua relação com aquele território de origem e em um processo desterritorialização, vão se estabelecer em outro território que vai oferecer novos elementos relacionais de forma a possibilitar a integração de diversos componentes culturais resultando em outra identidade territorial. A relação identidade-território tem como pressuposto, a noção de movimento que vai refletir no sentido real da identidade para o indivíduo e/ou grupo. Como explica Santos (1996), é o movimento da totalidade que vai ditar as novas visões da sociedade resultando em (re) arranjos espaciais, que nunca cessam. Este processo, ao mesmo tempo em que une, também fragmenta e individualiza.

PARANAENSES, GAÚCHOS E PARANAÚCHOS

As identidades territoriais não são apenas um elemento dado na forma de uma representação cultural mas resultado de um processo complexo de continuidade e descontinuidade, pois, envolvem aspectos subjetivos e objetivos nos quais podem ocorrer intencionalidades, como é o caso da ideologia do Estado que acaba impondo certos valores e símbolos nacionais para determinada sociedade ou podem ser espontâneos quando acarretam sentimentos de pertencimento e afetividade com o lugar. Assim, somos constantemente redefinidos na nossa identidade territorial, pois, a cultura que é o elo principal nesse conceito, acaba se modificando a todo instante e, mesmo que as tradições sejam preservadas, não se consegue reproduzir os aspectos culturais antepassados de forma exatamente idêntica.

No tocante aos migrantes, a dimensão analítica da identidade territorial é mais complexa, pois, estes sujeitos sociais, ao mesmo tempo em que se reterritorializam em dado lugar, onde se deparam com novos elementos culturais, também trazem consigo elementos de experiências com outros territórios. Além disso, muitos deles não se desterritorializam integralmente das suas cidades de origem, pois, acabam deixando lá vínculos afetivos que contribuem para que estejam voltando com certa frequência para estes lugares. Ao mesmo tempo em que observamos que os migrantes se desterritorializam acarretando uma dispersão por diversos territórios, como no caso dos gaúchos, onde alguns tiveram uma migração direcionada para certas regiões do país e outros migraram de forma isolada temos paralelo a isso, um movimento de junção. Isso porque estando fora do seu território de origem, muitos migrantes estabelecem uma rede de relações que visam amenizar o sofrimento gerado por esta ruptura. Segundo Bhabha (1998), trata-se de um *tempo de reunião*, onde os (i) migrantes se reúnem em pequenos espaços a fim de evocar lembranças, compartilhar experiências diversas, perspectivas de vida, ou seja, são espaços que remetem certo conforto, pois, acabam trazendo de volta um passado de valores em comum, ao mesmo tempo em que trazem elementos do presente, através das dificuldades vivenciadas no novo território. Compreendemos, portanto, a necessidade de constituição dos CTGs que, ao mesmo tempo em que servem para preservar e disseminar a tradição gaúcha são utilizados também para momentos de socialização entre os gaúchos, atuando como mecanismo de segurança à medida que propicia um sentimento de afetividade entre os sujeitos que passam por momentos de adaptação a uma cultura diferente.

Dentre os vários grupos sociais que temos no Brasil, os gaúchos se constituem em um dos grupos sociais que mais preserva o tradicionalismo. Luvizotto (2009) explica que a história da ocupação no Rio Grande do Sul teve início antes da chegada dos portugueses àquele território, pois, era habitado por índios das tribos *jê*, ramo dos tapuias, que se habitava o Norte e Nordeste do estado e os *mbaias*, que se subdividia em seis nações: *charrua*, *minuano*, *guenoa*, *yaro*, *mboane* e *chaná*, habitantes do Sul e Sudeste do Rio Grande do Sul. No ano de 1682, padres jesuítas espanhóis se instalaram na região e fundaram nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul (ver figura 1), na Argentina e no Paraguai, as missões jesuítas, onde muitos índios guaranis foram submetidos à conversão para o catolicismo. Além dos índios, a formação do gaúcho teve influência de portugueses e espanhóis que lutavam pela conquista territorial no Brasil. Já no século XVIII, temos a vinda de vários imigrantes açorianos e a partir do século XIX alemães e italianos. Destacamos que a influência negra não foi tão intensa quanto no Nordeste do Brasil, pois, conforme nos explica Cardoso (apud BRUM NETO, 2012), a economia do Rio Grande do Sul era subsidiária de uma economia colonial (exportadora de produtos tropicais). Dessa forma, não houve um desenvolvimento tão acentuado do regime escravocrata quanto no Nordeste, por exemplo, que demandou altos investimentos na mão de obra escrava em virtude da sua economia ser mais lucrativa aos interesses da época.

Segundo Rocha (2006), o termo *gaúcho*, historicamente serve para designar o habitante do Rio Grande do Sul chamado de *guasco* e depois de gaudério. Weber (2010) aponta várias origens do termo, como por exemplo, originário de *el gauchos*, nomenclatura utilizada para os camponeses uruguaios e argentinos que significa um povo sem-fronteira, pois, viviam na região litorânea de três países: Brasil, Argentina e Uruguai, conhecida como região dos Pampas (ver figura 2). O termo tinha conotação pejorativa, que segundo Saldanha (apud WEBER, 2010, p. 22), vinha do espanhol *gauches*, usado neste país para “[...] designar os vagabundos ou ladrões do campo que matam os touros-chimarrões, tiram-lhes o couro e vão vender ocultamente nas povoações”. Dessa forma, a concepção do ser gaúcho enquanto indivíduo nascido no Rio Grande do Sul foi refeita, remodelada a partir dos diferentes momentos da formação territorial do Estado.

Figura 1 – Localização dos Estados do Paraná (PR) e do Rio Grande do Sul (RS)



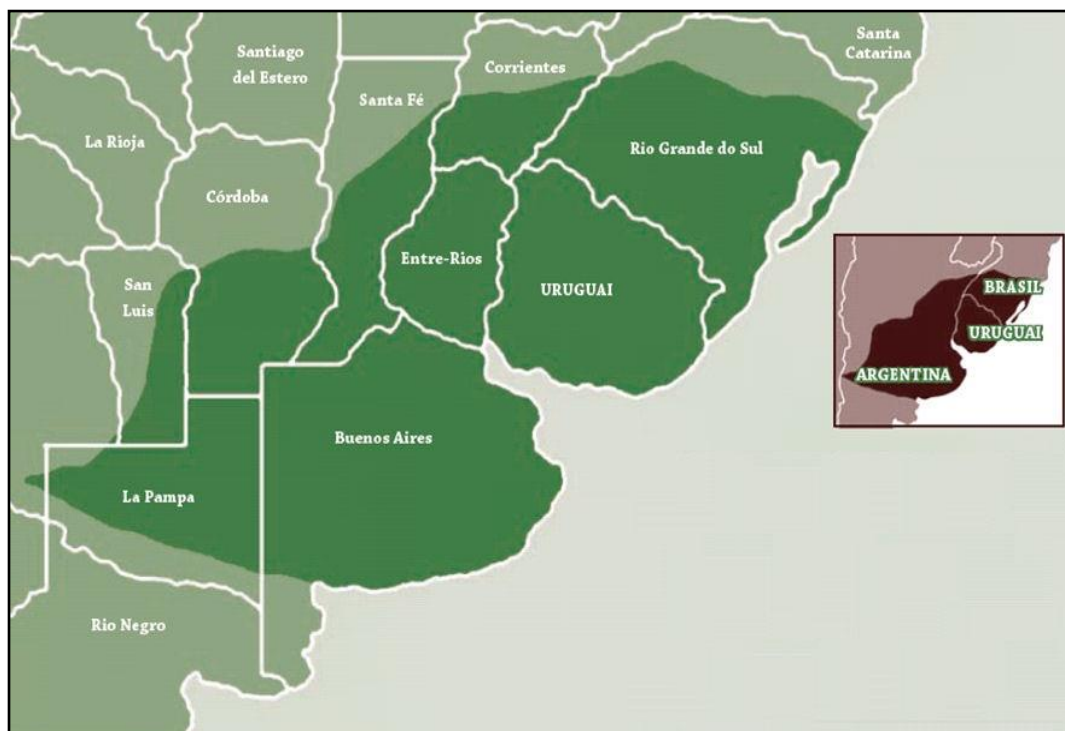
Fonte: Google Maps (2015). **Elaborado por:** Tatiana Colasante (2015).

Assim, em função de movimentos de des-continuidades entendemos que a cultura nunca pode ser compreendida a partir de valores estagnados, pois, a cada contato com outras etnias, o indivíduo absorve esses valores, tanto de forma imposta ou por escolhas próprias. Esse processo alcançou uma dimensão muito maior com a globalização, fazendo com que os indivíduos, de fato, se tornem híbridos culturais sem a necessidade de contato físico, por intermédio de redes virtuais e a amplitude dos meios de comunicação. Dessa maneira, mesmo sem nunca ter visitado o Rio Grande do Sul, os indivíduos podem se identificar com os valores e o tradicionalismo gaúcho e, com isso, se apropriar de dados elementos que vão conferir a eles, novas variáveis que poderão (re) construir este indivíduo do ponto de vista da cultura.

Segundo Oliven (2012), com relação a esta disseminação da cultura gaúcha pelo território brasileiro existe uma tradição na qual os filhos de agricultores italianos que migraram via Santa Catarina e Paraná, até Piauí, Rondônia, Roraima, compravam terras em áreas baratas para plantar trigo e soja, ao invés de criar gado, como tinham costume. Muitos deles se tornaram bem-sucedidos e se consideravam pioneiros destas terras, onde acabaram fundando CTGs a fim de legitimar a territorialidade gaúcha por outros territórios. Com isso, as pessoas dessas regiões passam a incorporar esta cultura, mesmo sem nunca ter visitado o Rio Grande do Sul. Podemos definir os CTGs como:

[...] associações ou clubes locais, quase sempre urbanos, criados por iniciativa de seus associados para execução das atividades do Movimento [Tradicionalista]. Os CTG's congregam especialmente famílias, a por isso caracterizam-se pelo forte cunho familiar de suas atividades. Suas manifestações são predominantemente de caráter lúdico, podendo ser artística, campeira ou cultural, conforme a subdivisão interna do centro de tradição. (KONFLANZ, 2013)

Figura 2 – Delimitação da região dos Pampas



Fonte: <http://blog3b2011.blogspot.com.br/2011/08/biomas-cerrado-e-pampa.html> (2015)

Segundo Simon (2009) nos explica entre as décadas de 1950 e 1960, houve uma migração organizada dos gaúchos para o oeste do Paraná se processou de forma intensa. Geralmente, os gaúchos partiam em grupos com suas famílias, vizinhos e amigos. Essa unidade familiar acaba sendo um dos aspectos mais acentuados nos CTGs, a partir das práticas territoriais destes sujeitos reterritorializados já que muitos pais acham fundamental repassar aos filhos os valores ancestrais para que a cultura não se perca no tempo e no espaço.

RESULTADOS

Ao realizar a pesquisa empírica, na qual entrevistamos 26 migrantes gaúchos no Norte do Paraná residentes nos municípios de Londrina e Maringá, verificamos que em sua maioria são indivíduos que migraram por iniciativa própria, geralmente, motivados por trabalho. Vêm de cidades pequenas que não possuem grandes oportunidades de progredir na carreira. Não se pode, no entanto, compreender a migração dos gaúchos para o Norte do Paraná do ponto de vista de uma periodização, pois, existem períodos distintos e iniciativas individuais que não resultam de políticas públicas ou um aumento do fator de atração para o Norte do Paraná. Assim, essas *microterritorialidades* se encontram formadas por fatores diferenciados nas diversas regiões do Estado. Dessa forma, diferente do que ocorreu no Sudoeste do Estado, quando houve um contingente significativo de migrantes gaúchos que vieram a partir de uma política de incentivo à ocupação das terras, os gaúchos que se deslocaram para o Norte do Paraná não vieram em grande fluxo nem tampouco em grupos.

Um ponto interessante é que muitos CTGs no Norte do Paraná não foram criados por gaúchos, nascidos no Rio Grande do Sul, mas sim por admiradores da cultura gaúcha que sentiram a necessidade de ter um espaço de vivência para difundir os valores tradicionalistas. Os CTGs são considerados ambientes familiares, nos quais os gaúchos podem reavivar suas tradições e também

passar valores aos filhos. Pelo fato da culinária gaúcha ser muito apreciada pelos brasileiros, sobretudo, o churrasco, muitos indivíduos que não participam efetivamente do CTG, acabam frequentando festas como Costeladas e Churrasco Fogo de Chão para apreciar estas iguarias, além de rodeios. Isso contribui para que o CTG não fique restrito somente a frequentadores gaúchos, mas expande seus vínculos identitários aos indivíduos nascidos no Paraná (ver figuras 3 e 4).

Quando indagamos a migrantes gaúchos que moram no Norte do Paraná se se consideram mais gaúchos ou paranaenses na atualidade, alguns têm dificuldades em responder tal questionamento, especialmente, quando passam por experiências positivas no lugar em que vivem, onde possuem um bom emprego e constituem família. Tornam-se então, sujeitos híbridos no processo de formação da identidade territorial, onde muitas vezes acabam se considerando sul-rio-grandenses de nascimentos, mas paranaenses por afeição.

Figura 3 – Costela Fogo de Chão



Fonte: CTG Rincão Verde (2014)

Figura 4 – Rodeio Crioulo



Fonte: CTG Rincão Verde (2014)

Nos trabalhos de campos realizados, dificilmente conseguimos identificar visualmente os sujeitos os quais estamos considerando gaúchos, ou seja, aqueles nascidos no Rio Grande do Sul. Isso porque nas festas mais tradicionais que ocorrem nos CTGs, como os bailes que tem danças típicas e os indivíduos se trajam de acordo com as vestimentas gaúchas, verificamos que muitos paranaenses utilizam dessa indumentária, pois, participam de grupos de dança ou acham bonita a tradição (ver figura 5). Levantamos a hipótese que pelo fato de que o Norte do Paraná na sua formação territorial foi constituído por dezenas de etnias, não teve uma afirmação identitária tão acentuada como ocorreu no Rio Grande do Sul, onde observamos uma coesão social muito forte. O sujeito Norte paranaense é resultado de diferentes influências culturais. Além disso, nesta região, existem muitas cidades de colonização recente, onde facilmente são encontradas cidades com menos de 100 anos de fundação. Nesse sentido, não se tem um sentimento tradicional vinculado a processos históricos, como no caso do Rio Grande do Sul, pelo contrário.

As maiores cidades do Norte do Paraná, Londrina e Maringá são cidades marcadas por processos rápidos de crescimento econômico e social, fazendo com que estas cidades fossem moldadas a partir de *tempos rápidos*. Com isso, nos parece que toda a parte histórica e cultural envolvida na formação das cidades acaba passando por processos de efemeridade, marcados pela velocidade das transformações e alterações constantes na paisagem. Por esta razão, a identidade territorial Norte paranaense se torna frágil, no sentido de não possuir características marcantes que possam caracterizar os sujeitos que moram nessa região, o que não acontece no Rio Grande do Sul. Provavelmente, é nesse ponto que a cultura gaúcha cresce e é reverenciada por tantos paranaenses, que acabam se sentindo atraídos por tamanho tradicionalismo e valores culturais coesos.

Figura 5 – Paranaenses com trajes típicos gaúchos



Fonte: Tatiana Colasante (2014)

O tradicionalismo gaúcho é encarado pelos seus simpatizantes como algo benéfico e que deve ser praticado, sobretudo, às novas gerações a fim de que os valores não se percam. Nesse sentido, os CTGs foram considerados por alguns entrevistados, ambientes de socialização familiar, onde os pais podem trazer os filhos sem medo, como se este fosse um território à parte do demais contexto social e uma vez estando lá, somente os bons costumes e os valores éticos são praticados. A partir disso, podemos compreender o imaginário coletivo que muitos gaúchos carregam em si quando migram para outras regiões do país, pois, acabam trazendo consigo essa ideologia de preservar a tradição em diversos territórios, de forma a reproduzir seus valores. Verificamos, portanto, que estes grupos sociais possuem uma territorialidade baseada em comportamentos e ações que estão condicionados à múltiplos aspectos como políticos, econômicos e culturais

Diferente dos CTGs do Rio Grande do Sul, os CTGs do Norte do Paraná não possuem tanta rigidez com relação à preservação dos costumes. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a exigência com relação ao uso da vestimenta típica, denominada *pilcha* é obrigatória nos bailes. Diferente do que ocorre no Norte do Paraná, onde podemos observar indivíduos com trajes comuns participando dos bailes. Além disso, muitos desses espaços passam a ser locados para festas da comunidade externa a fim de conseguirem lucros para pagar as despesas dos CTGs, ou seja, acabam sendo refuncionalizados a partir de uma nova realidade, não sendo constituídos, portanto, para uso exclusivo das festas gaúchas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, sentimos uma desconstrução do termo *gaúcho*, porque se pensarmos no Brasil, os gaúchos são os gentílicos do Rio Grande do Sul. Entretanto, quando resgatamos a história da formação étnica desses indivíduos, nos deparamos sempre com particularidades que perpassam a constituição do biótipo, ou seja, o gaúcho nos parece cada vez mais entendido como um modo de vida e não o indivíduo que nasce nesse ou naquele território. Esse modo de vida busca resgatar valores campeiros que se processam em hábitos como montar a cavalo ou tomar chimarrão, a preservação de valores familiares, como a união, a honra e a harmonia. Se por um lado, a descoberta dessa nova concepção de ser *gaúcho* nos impulsiona a buscar compreender a atuação desses sujeitos sociais que surgem, os chamados *paranaúchos*, por outro lado também nos proporciona uma análise mais complexa da identidade territorial gaúcha no Norte do Paraná. Nessa perspectiva, a pesquisa vem fornecendo vários elementos inéditos de análise que podem contribuir para os estudos migratórios inter-regionais no Brasil, sobretudo, a partir do ponto de vista cultural.

A cultura é produzida por agentes sociais de diferentes épocas e, por esta razão está em constante mudança. Essas ressignificações nos conduzem a um olhar pautado no hibridismo, pois, somos influenciados por diferentes culturas ao longo de nossas vidas, o que demonstra que não somos resultado de uma cultura única, mas sim, resultado de múltiplas identidades territoriais. Dessa forma, até mesmo no Rio Grande do Sul não podemos generalizar a influência da cultura campeira entre todos os seus indivíduos, pois, muitos nem sequer frequentam os CTGs. Da mesma forma, temos indivíduos nascidos em cidades grandes e que não tiveram contato nenhum com o campo, mas que aderem ao estilo típico gaúcho, fazendo uso de botas e bombacha (vestimenta característica do gaúcho).

Nesse hibridismo cultural, os CTGs também perdem sua função original, que era exclusivamente de manter o tradicionalismo, pois, acabam se adequando à realidade das cidades paranaenses e acabam sendo utilizados para festas de formatura, casamento e outras. Além disso, notamos que muitos gaúchos que não frequentavam o CTG em suas cidades de origem, quando se encontram distantes, acabam por frequentar, em uma tentativa de relembrar os valores familiares e se sentir mais próximos do Rio Grande do Sul. Podemos afirmar, portanto, que os gaúchos trazem para outros territórios aspectos da identidade territorial do Rio Grande do Sul, ou seja, formada a partir do seu território de origem, possibilitando uma coesão social desses indivíduos em outros territórios. Dentro desta perspectiva, a identidade territorial não é construída somente a partir de uma base territorial física, mas de elementos imateriais que conferem ao território um caráter cultural e, ao mesmo tempo, relacional que não se limita aos fatores culturais dos indivíduos, mas se articula com aspectos políticos, econômicos, familiares etc.

Diante do que foi exposto, podemos dizer também que muitos gaúchos, assim como outros migrantes, não perdem totalmente o vínculo com seu território de origem, implicando em constantes processos de deslocamento para o Rio Grande do Sul, a fim de estreitar os vínculos com familiares que ficaram naquela região. Mesmo com esse retorno constante para sua cidade de nascimento, a maioria dos entrevistados não demonstra vontade de voltar a morar no Rio Grande do Sul, já que muitos constituíram família no Norte do Paraná e se encontram em uma situação financeira estável. Sobre as motivações de sua chegada ao Norte do Paraná, primeiramente, temos a percepção individual x coletiva dos migrantes, na qual cada um possui uma história de vida particular e que resulta em diferentes motivos para a sua partida do Rio Grande do Sul bem como a sua escolha de estabelecimento no Norte do Paraná. Estes indivíduos certamente possuíam uma identidade territorial com seu estado de origem resultante da sua relação com o território, com mais ou menos intensidade. Por sua vez, o estado do Rio Grande do Sul possui uma formação territorial distinta do estado do Paraná, o que acarreta diversas formas de apropriação do território e, conseqüentemente de identidade. A partir do momento em que estes indivíduos se reterritorializam no Norte do Paraná, deparam-se com outra forma de vida, um tempo e um espaço diferente que serão

assimilados por estes indivíduos de forma subjetiva e objetiva, resultando em novas identidades territoriais, nas quais alguns elementos sociais perduram e passam a coexistir com novos elementos desse intercâmbio cultural.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. O homem como produtor e consumidor. In: ANDRADE, M. C. de. **Geografia Econômica**. São Paulo: Atlas, 1998, p. 41- 63.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BRUM NETO, H. **Os territórios da imigração alemã e italiana do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente, 2012.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – volume I: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- HAESBAERT, R. Migração e desterritorialização. In: NETO, H.; F. A. P. (orgs). **Cruzando fronteiras interdisciplinares: um panorama dos estudos migratórios**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.
- _____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HEIDRICH, A. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 271-290.
- KONFLANZ, C. **A moderna tradição gaúcha: um estudo sociológico sobre o tradicionalismo gaúcho**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.
- LUVIZOTTO, C. K. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- OLIVEN, R. G. Visões do Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, 14 dez. 2012.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCA, Z., MOURÃO, J. Identidade e desenvolvimento territorial entre a retórica e a prática. **Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias**, América do Norte, 1, dez. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rhumanidades/article/view/1295/1052>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- ROCHA, B. N. **“Em qualquer chão sempre gaúcho”**: a multiterritorialidade do migrante “gaúcho” no Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2006.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. Hucitec: São Paulo, 1996.
- _____. Território e Dinheiro. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios**. Niterói: PPGEU-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.
- SAQUET, M.A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- _____. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: Eliseu Savério Sposito. (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente/SP: UNESP/FCT/GAsPERR, v., p. 35-51, 2005.
- _____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n. 13, jul.-dez./2008, p. 118-127. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1392-4004-1-PB.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- SIMON, P. **A diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

SPOSITO, E. S. Sobre o Conceito de Território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: SPOSITO, Eliseu, SAQUET, Marcos Aurélio, RIBAS, Alexandre Domingues. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2005.

WEBER, E. **Políticas públicas de fortalecimento cultural do tradicionalismo gaúcho frente à fragmentação do sujeito na globalização**. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, SC, 2010.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à FAPESP (Proc. no. 2013/04634-4) pela bolsa de Doutorado que permitiu a elaboração deste trabalho. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.